



www.enaphem.com



História oral, Questões de Gênero e Educação Matemática: possibilidades de se inscrever conhecimentos outros e se escrever histórias outras

Oral History, Gender Issues and Mathematics Education: possibilities of inscribing other knowledge and writing other histories

Tailine Audilia de Santi¹

Heloisa da Silva²

Resumo

Este breve estudo objetiva trazer algumas discussões teórico-epistemológicas sobre gênero e a escrita da história que perpassaram por um trabalho de dissertação defendido no Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem) no ano de 2021. Aborda-se aqui a discussão sobre gênero como uma categoria de análise histórica e seu papel na escrita da história, em especial, a História da Educação Matemática. Apresentam-se ideias que tratam de uma nova historiografia que leve em conta essa categoria, bem como o elo que a História Oral nos possibilita enquanto referencial metodológico em um trabalho que fala sobre atravessamentos de gênero. Apresenta-se, também, alguns pressupostos epistemológicos adotados. Por fim, são feitos apontamentos desta pesquisa de mestrado que utiliza essa metodologia, realizada com a participação de educadoras matemáticas e que são atravessadas por discussões de gênero, o que faz ver o papel político desempenhado na escrita da história e a potência desse tipo de estudo na História da Educação Matemática.

Palavras-chave: História da Educação Matemática; Educadoras Matemáticas; Questões de gênero.

O gênero como uma categoria de análise histórica

Neste breve estudo são feitas algumas ponderações sobre as discussões acerca da temática de gênero como um dos elementos constitutivos para possíveis análises históricas. Essas discussões perpassaram um trabalho de dissertação intitulado “Narrativas de vida de educadoras matemáticas paranaenses: marcas de gênero em um diário de uma feminista”, defendido no ano de 2021. Desse modo, tem-se a intenção de apresentar essa temática e buscar tecer apontamentos que

¹ Doutoranda em Educação Matemática (IGCE/UNESP). Membro do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). E-mail: tailine.santi@unesp.br.

² Professora Assistente Doutora do departamento de Matemática, IGCE/UNESP. Líder do grupo de pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem). E-mail: heloisa.silva1@unesp.br.

abordem como ela pode aparecer em discussões que perpassam o uso da História Oral e que nos leva a investigações na/ sobre História da Educação Matemática (Santi, 2021).

Conforme apontado por Joan Scott (1995), as discussões acerca da temática de gênero são recentes, com estudos mais aprofundados feitos a partir de 1975 por feministas norte-americanas que estudavam a importância de discussões sobre a dicotomia entre sexo e gênero. Para essa autora, a ampliação das discussões acerca dessa temática se deu em um período inflamado pelas ideias na virada linguística, um movimento que trouxe uma mudança no paradigma científico e que tem como uma de suas marcas não buscar uma única origem, mas por meio da interconexão dos processos.

As discussões sobre gênero passaram por vários caminhos e tiveram uma aproximação grande com os estudos de classe e raça, pois carregava “[...] o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão [...]” (Scott, 1995, p. 73). Além disso, a autora salienta que a partir desses três tipos de estudos era possível compreender acerca das desigualdades de poder. Conforme Louro (1995), os processos de construção de gênero, classe ou raça não apenas se interferem mutuamente, mas também são resultados do que é imposto pela sociedade.

Com base nisso, passou-se a encontrar cada vez mais formulações teóricas que servissem como solo para os/as historiadores/as feministas, pois se fazia cada vez mais necessário ter uma perspectiva que sintetizasse explicações sobre as continuidades e discontinuidades e que suprisse a necessidade de discutir as desigualdades que permeiam o tema (Scott, 1995). Entretanto, o modo de apresentação do trabalho histórico não trazia a devida problematização que servisse como um modo de abalar estruturas de poder ou, até mesmo, transformá-las (Scott, 1995).

A partir dessas discussões, a definição de gênero adotada por Scott (1995) permeia tanto um elemento constitutivo de relações sociais que se percebe entre os sexos como um modo primário de significar as relações de poder. Com base nessa

ideia constituída no seio das relações sociais, a autora elenca quatro elementos que se inter-relacionam: o primeiro diz sobre os símbolos produzidos que evocam relações simbólicas sobre gênero, muitas vezes contraditórias; o segundo trata dos conceitos normativos oriundos de doutrinas religiosas, científicas, educativas, entre outras, que nos conduzem a interpretações de significados dos símbolos; o terceiro aborda as instituições e organizações sociais e econômicas que são permeadas pelo papel que elas desempenham, carregando o aspecto político que o debate sobre gênero suscita; e, por último, o caráter subjetivo, pois é preciso que se examine “[...] as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (Scott, 1995, p. 88).

Esse último elemento aponta o modo como deve ser encarado o papel do historiador, pois o gênero “[...] fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995, p. 89). É a partir de uma busca feita pelo historiador que se pode notar a maneira como o conceito de gênero tanto legitima como constrói as relações sociais (Scott, 1995). Com base nesses pressupostos é que nós, educadores/as matemáticos/as que investigam histórias da educação matemática, podemos buscar relacionar abordagens metodológicas que potencializem as discussões de gênero e o aspecto sócio-político que cerca esse tipo de escolha.

História das Mulheres e uma nova história

“No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (Perrot, 2007, p.33). Essa afirmação de Michelle Perrot reflete uma preocupação que há muito tempo envolve estudos no campo de investigação sobre “História das Mulheres”. Até pouco tempo eram empreendidos esforços para encontrar rostos, histórias e biografias de mulheres. Conhecíamos tão pouco sobre um passado em que elas estavam presentes que vibrávamos quando descobríamos suas faces ocultadas e esquecidas pela escrita tradicional da história. Como foi possível essa invisibilidade? Onde estavam as mulheres? A dificuldade da inscrição das mulheres na história deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços nas esferas privada e pública

(Perrot, 2007). Os procedimentos de registro histórico são frutos de uma separação que privilegia o domínio público e, grosso modo, a esfera pública – econômica e política, principalmente – era um lugar ocupado por homens (Perrot, 2007). Essa distinção de papéis ficou bastante clara no século XIX. Falava-se sobre as mulheres somente quando elas incomodavam com a sua “violência” – greves e passeatas consideradas subversivas – ou quando não obedeciam ao seu papel (Perrot, 2007).

Joan Scott (2008) disse que, ostensivamente, a escrita da “história tradicional” privilegiou certos aspectos da esfera social, universalizando o devir histórico e impondo à história uma cultura etnocêntrica e patriarcal (Scott, 2008). Assim como afirma Joana Pedro, a “forma de escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista”, dava destaque a personagens, em geral masculinos [...]” (Pedro, 2005, p. 83). Virginia Woolf em sua obra “Um teto todo seu”, de 1929, dedicada a refletir sobre a mulher e a literatura, deixou em evidência seu posicionamento sobre a prática historiográfica em relação às mulheres. Woolf acusou a tendência da historiografia existente de seguir uma postura parcial e insuficiente, elucidando seu perfil masculino e excludente (Scott, 1992). Na França, vinte anos depois, em 1949, temos a obra de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, em que ela afirma categoricamente a “incompletude” da história, pois, embora objetivava uma escrita de forma “universal”, na realidade desconsiderava uma metade da humanidade, o outro sexo: as mulheres.

Para as mulheres “entrarem para a história” (Scott, 1995) tiveram que construir seu espaço com árduas lutas no campo acadêmico, profissional, político etc., desconstruindo as tradicionais formas da escrita da história. Não somente serem incorporadas às histórias pré-existentes, como uma “história compensativa”, mas serem inscritas em uma nova história. A História das Mulheres não pretende ser a história da outra parte da humanidade (Pedro, 2005). Inicialmente, ela foi construída pelas militantes feministas e estava integrada à tentativa de acompanhar as novas “indagações” que essa realidade trazia para a vida das mulheres (Gomes, 2003). Por essa razão, tornou-se imprescindível retirar o sexo feminino do apagamento de suas identidades representado pela exclusão, pelo esquecimento e pelo privado. Essa intenção foi favorecida e possibilitada pelos trabalhos dedicados a demonstrar que as mulheres (também) faziam (fazem) parte do processo histórico,

conforme nos disse Mary Del Priore (1998).

Foi no século XX que as mulheres conquistaram o direito de terem a sua história registrada. Em consequência, as “heroínas” dos séculos anteriores foram evocadas para conhecer suas trajetórias similares as dos homens, o que muitas vezes significava o mesmo que realçar a visibilidade desses por meio do reconhecimento de sua atuação na esfera pública, confirmando uma excepcionalidade masculina (Gonçalves, 2006). Entretanto, na academia, nesse primeiro momento, os estudos sobre as mulheres eram vistos com grande descrédito pela maioria dos historiadores, tido apenas como um “adendo à história geral”, tarefa quase exclusiva das pesquisadoras, em que o estudo sobre o feminino era “tolerado ou marginalizado” (Del Priore, 1998). Joan Scott (1992) enfatizou as resistências para a consolidação da História das Mulheres enquanto um campo de investigação, em que as historiadoras foram acusadas de “ideologismo” no círculo acadêmico. Embora hoje ainda exista grande resistência, o campo de estudo da História das Mulheres é consolidado em muitas universidades brasileiras. Queremos elucidar que nosso intuito não é colocar em pauta a questão da “verdade” de uma história (nos modos tradicionais), mas dar espaço para histórias, no plural. Não como um adendo à história geral, mas como uma nova história.

Sara Beatriz Guardia (2005) nos diz que “a reconstrução do passado feminino supõe uma mudança de paradigma, reformular as categorias de análise histórica e, portanto, reescrever a história de uma alternativa de oposição com novos modelos interpretativos” (Guardia, 2005, p.20, tradução da autora). É nessa perspectiva que a nova historiografia significa uma nova avaliação de experiências femininas por meio de novas maneiras de abordar a história junto à revisão modelos que permeiam todos os grupos sociais e os fatores diferenciais que afetam as mulheres (Guardia, 2005). A história social deve assumir a dimensão que considere a relação entre os sexos como fatores fundamentais do devir histórico e que, por essa razão, as relações desiguais entre os sexos são construções desiguais entre homens e mulheres e que estão presentes na produção dos mecanismos de desigualdade social (Scott, 2008).

Um caminho possível na História da Educação Matemática

Ao privilegiar as relações de gênero como categoria de análise histórica e a memória, são concebidas uma síntese das relações materiais, subjetivas, culturais, simbólicas e construídas, o que possibilita mostrar discursos que moldaram as diferenças baseadas nos papéis atribuídos a um ou outro gênero. É neste momento que se justifica o sentido e a importância da História Oral na pesquisa desenvolvida pela primeira autora deste texto. Os objetivos da pesquisa de mestrado desenvolvida no Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem) foram o de tecer compreensões sobre o movimento de constituição da Educação Matemática no estado do Paraná por meio da história de vida de educadoras matemáticas paranaenses e, ainda, entender como o fenômeno da feminização do magistério atravessou/a suas trajetórias.

A historiografia atual oferece um debate ainda pendente relativo aos fundamentos da teoria histórica em que metade da população ficou esquecida enquanto objeto de estudo (Beauvoir, 2019). É por esse motivo que uma aproximação com o tema da história das mulheres, dos estudos de gênero e da memória feminina com a perspectiva da história oral se faz necessário para possibilitar a entrada na cena historiográfica desses sujeitos. A história das mulheres deve ser escrita conforme uma investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional (Scott, 2008), haja vista que essa não tem uma definição na tradição historiográfica. Isso significa reescrever a história ou, melhor dizendo, reescrever histórias, sob uma perspectiva feminina, inserindo novas formas de significação, reformular análises históricas e revisar conceitos e métodos existentes também com o objetivo de tornar as mulheres sujeitos e autoras da história, mostrando dentre outras coisas como atuam/atuaram e resistiram/resistem às circunstâncias impostas pelo sistema patriarcal nas diversas camadas da sociedade – e tantos outros sistemas em interseccionalidade que excluem ou oprimem as mulheres, inventariando as fontes com as quais contamos e atribuir um sentido diferente ao tempo histórico (Guardia, 2005).

Algumas das características presentes na nova historiografia, conforme Guardia (2005, p. 84, *tradução das autoras*)³, tem “orquestrado a necessidade da utilização de fontes menos convencionais do que as tradicionalmente utilizadas, me refiro à literatura, a história oral, o testemunho dos viajantes e, desde logo, o estudo da imagem [...]”.

A História Oral é representativa da nova história dada a sua característica de produzir fontes que incorporam os significados dos eventos pelos sujeitos, podendo apresentar uma valorização das experiências das mulheres mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam imbricados nos grupos sociais, visibilizando os fatores distintos que afetam as mulheres (Guardia, 2005). A seguir discorreremos com mais detalhes sobre as características epistemológicas da História Oral com vistas a mostrar essa potencial representatividade dessa nova história que aqui abordamos.

Fundamentos epistemológicos da História Oral

A História Oral existe e se fundamenta a si mesma na medida em que reconhece que o relato constitui uma das linguagens fundamentais do saber popular, pela sua capacidade para expressar de forma concreta ou figurativa os símbolos que estão presentes no interior da consciência coletiva e individual e que emergem como um testemunho de sua própria historicidade (Portelli, 2010). O relato oral na ótica de gênero constitui um objeto de uso coletivo que abre a possibilidade de visibilidade de histórias, opiniões, expressões, sentimentos e de crítica em espaços nos quais a história oficial não existia. Uma das defesas do uso da História Oral como metodologia de pesquisa qualitativa é que essa possibilita a escuta daqueles que – na escrita tradicional da história – são normalmente silenciados. As fontes orais permitem que as subjetividades participem do domínio científico e não a utilização dessas somente em caso de inexistência de outras fontes.

A História Oral, embora também diga respeito a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos (como outros modos de registrar história), visa aprofundá-los por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória

³ “se ha orquestado la necesaria utilización de fuentes menos convencionales que las tradicionalmente utilizadas, me refiero a la literatura, la historia oral, el testimonio de los viajeros y desde luego el estudio de la imagen [...]” GUARDIA (2005, p. 84).

individuais e, ainda, o impacto que essas tiveram na vida de cada uma (Portelli, 1997). O fato de a História Oral referir-se a histórias do passado, desse modo, à memória, acentua a essencialidade do indivíduo, ainda seja moldada pelo meio social, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente subjetivas (Portelli, 1997). Conforme mencionamos, a memória torna-se concreta apenas quando imaginada ou verbalizada pelos indivíduos e esse processo ocorre em um meio social dinâmico. Por essa razão, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas – mas de modo algum buscamos confrontá-las. Em nenhuma circunstância as lembranças de duas pessoas são exatamente iguais, mesmo que tenham vivenciado o mesmo evento (Portelli, 1997). A História Oral tende a não representar a realidade de forma linear, mas como uma “colcha de retalhos” (Portelli, 1997), com partes diferentes, mas que, eventualmente, possam ser coerentes depois de reunidas quando compartilham do mesmo objeto referencial (a menos que as diferenças sejam irreconciliáveis). No caso da pesquisa realizada, a Educação Matemática e a profissão docente são os “elos” das trajetórias das professoras participantes.

Por meio da transcrição, objetos auditivos tornam-se visuais. O que as entrevistadas relatam é descrito com todas as pausas, vícios de linguagens, emoções possíveis de serem captadas, reações, o que acontece no ambiente, interrupções ou silêncios. Porque a linguagem, além dos grafemas, sílabas, palavras, sentenças, regras gramaticais, é composta por outro conjunto de linhas que, às vezes, não pode ser contido na totalidade de um texto, mas que também carregam significados (Portelli, 1997). O tom de voz e volume, o ritmo do discurso, o entusiasmo, a pausa para reflexão, o silêncio para buscar a palavra da memória. Esses traços, muitas vezes implícitos, têm significados e conotações, às vezes, irreproduzíveis na escrita (Portelli, 1997). É claro que, inevitavelmente, por essa razão, podem ocorrer mudanças e interpretações diferentes (Portelli, 1997). “A mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica certa quantidade de invenção” (Portelli, 1997, p. 27). Podemos dizer o mesmo de transcrição de fontes orais. Por vezes, uma mesma afirmação pode ter significações ocultas ou contraditórias, de acordo com a entonação de quem relata, que pode ser representado na transcrição por meio de descrições objetivas e aproximadas nas palavras de quem transcreve (Portelli, 1997). As subjetividades

estão aí: em quem fala, em quem escuta, em quem escreve, em quem interpreta, em que lê... Naturalmente, existem coisas que somente serão percebidas por quem ouve, coisas que o papel não pode abarcar, situações que as palavras não são, de modo algum, suficientes para descrever (Portelli, 1997a).

Em seguida, são realizadas as textualizações, que consiste em um processo de rearticulação discursiva intencionalmente realizada pelo pesquisador por meio do texto gerado pela transcrição (Garnica, 2008). Esse é um procedimento em que se pode optar por excluir do texto alguns registros próprios da oralidade (tais como os vícios de linguagem), de detecção e preenchimento de algumas lacunas, explicar melhor algumas situações, reorganizar o relato ou reordenar o fluxo discursivo do depoente, podendo ser feita temática ou cronologicamente (Garnica, 2008). Neste caso, optamos por organizar as textualizações conforme os temas que as depoentes falaram sobre. Embora esse procedimento cumpra certa função estética — transformando-o em um texto de leitura fluido, sua função fundamental é de natureza epistemológica: “permitir tanto quanto possível, na trajetória de rearticulações, exclusões e complementações, a compreensão dos significados que no texto o depoente esforçou-se por constituir” (Garnica, 2008, p. 504).

Essa concepção de História Oral é pensada pelos pressupostos metodológicos e teóricos defendidos pelo Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). Assim, conforme Garnica, Fernandes e Silva (2011), entende-se que a história oral é uma metodologia com a função de criar fontes historiográficas, que pode ser explorada por diversos instrumentais analíticos distintos e por aqueles que tenham interesse em com elas, e que permite estudos pautados, muitas vezes, nos limites impostos pelas subjetividades.

A História Oral na produção de narrativas requer que sejam estabelecidas posições epistemológicas marcadas, que nos orientam por meio dos pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos dessa metodologia. O conhecimento junto a essa metodologia é produzido mediante narrativas que são escritas por meio de experiências trazidas pela memória. Dessa forma, pode-se dizer o seguinte: se não há a verbalização da experiência, não há a produção do conhecimento. Mas, dar conta das experiências não significa registrar a memória de

cada uma das sensações, imagens, palavras etc. Compartilhar memórias e torná-las públicas envolve a capacidade de narrá-las e a narração não só exige recorte, delimitação, abstração como também imaginação, recreação, distorção, (e esquecimento, portanto), em síntese: significação pessoal do vivido e do que foi lembrado (Ruiz, Prada, 2012). Esse é um aspecto caro à História Oral e consideramos que pode agregar muito no modo como se pode produzir novos conhecimentos e, portanto, novas histórias sobre culturas de matemática e educação matemática segundo perspectivas femininas.

Tecendo algumas considerações

Procurou-se neste artigo mostrar as possibilidades do método da História Oral no processo de construção do conhecimento, que se configura como uma proposta epistemológica na medida em que (e porque) nos apresenta formas de se abarcar e tratar narrativas da experiência, fornecendo elementos significativos para a compreensão de situações construção de conhecimentos históricos tendo a questão de gênero como categoria de análise histórica. Na pesquisa de mestrado defendida em 2021, a primeira autora deste breve texto utiliza o método da História Oral – modalidade trajetórias de vida – no processo de construção de suas investigações e reconhece a importância e a riqueza das experiências e histórias relatadas por educadoras matemáticas sobre os movimentos de um campo em que estiveram envolvidas e foram responsáveis por sua consolidação. As discussões de gênero permeiam esse trabalho que tecer compreensões sobre qual ideia de feminino a educação matemática ajudou a construir ou a desconstruir, quando foram analisados os significados produzidos por educadoras matemáticas em suas narrativas sobre suas vivências e enfrentamentos em relação às marcas de gênero que perpassam suas vidas e trajetórias na docência; como também as relações entre esses enfrentamentos e o processo de feminização do magistério no estado do Paraná e o suas participações no movimento de constituição da Educação Matemática no estado do Paraná. A história oral foi mobilizada para a constituição de fontes historiográficas por meio de narrativas de mulheres, de forma que a discussão de gênero, em muitos momentos, permeia os momentos de narração.

Optou-se muito mais do que simplesmente apenas utilizar a história oral e ouvir mulheres. Em conformidade com Albuquerque Júnior (2019) e Benjamin (1987), realizou-se uma escrita da história com uma intencionalidade e isso se constituiu em um ato político. Não apenas a escolha de um determinado público é um ato político, a escolha metodológica também o é. Romper com uma forma “tradicional” de pesquisa histórica e fazer desse estudo emergir discussões que não sejam apenas uma representação do que aconteceu constitui um ato político. Tensionar as discussões de gênero e as opções metodológicas e epistemológicas é mostrar que tantas lutas e bandeiras levantadas pelas discussões de gênero são pertinentes e devem fazer parte do escopo de pesquisas da História da Educação Matemática. Ao privilegiarmos as relações de gênero como categoria de análise histórica e na perspectiva de memória, estamos concebendo uma síntese das relações materiais, subjetivas, culturais, simbólicas e construídas, possibilitando mostrar discursos que construíram as diferenças baseadas nos papéis atribuídos a um ou outro gênero. Quem narra suas memórias, comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero e nos fornece meios de produzir conhecimentos sobre determinada realidade.

Referências

- Albuquerque Júnior, D. M. (2019). História e política, ou a arte de fazer escolhas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 186-191, set.-dez.
- Beauvoir, S. (2019). *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Volume 1. Editora Nova Fronteira. 5ª edição. Tradução de Sérgio Milliet. Edição comemorativa 70 anos.
- Benjamin, W. (1987). Teses sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense. (Magia e Técnica, Arte e Política, v. 1.
- Costa, S. G. (2003) Gênero e História. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 190.
- Del Priore, M. L. M. (1998). História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, p. 220.

- Garnica, A.V. M. (2008). Um ensaio sobre as concepções de professores de Matemática: possibilidades metodológicas e um exercício de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.3, p. 495-510, set./dez.
- Garnica, A. V. M.; Fernandes, D. N.; Silva, H. (2011). Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regimes de historicidade e história oral. *Bolema*. Rio Claro, p. 213-250.
- Gonçalves, A. L. (2006). História e Gênero. Belo Horizonte: *Autêntica*.
- Guardia, S. B. (2005). Historia de las mujeres: un derecho conquistado. In: Guardia, S. B. (org.). *La escritura da história de las mujeres en la América Latina: el retorno de las diosas*. 1ªed. Lima: CEMHAL.
- Louro, G. L. (1995) Gênero, história e educação: Construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132.
- Pedro, J. M. (2005) Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História [online]*. vol. 24, n.1.
- Portelli, A. (1997). *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Proj. História, São Paulo, (15) abr.
- Portelli, A. (2010). *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz.
- Priore, M. L. M. (1998). História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: Freitas, M. C. de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto.
- Ricoeur, P. A. (2007). *Memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alan François et al. Editora Unicamp.
- Ruiz, A S. Prada, M. L. (2012). *La formación de la subjetividad política: propuestas y recursos para el aula*. Buenos Aires: Paidós. 1ª edición.
- Santi, T.A. (2021). *Narrativas de vida de educadoras matemáticas paranaenses: marcas de gênero em um diário de uma feminista*. Dissertação. 382 p.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. n. 2, p. 71-99.
- Scott, J. W. (1992). História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Scott, J. W. (2008). *Gênero y História*. México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de México.
- Woolf, V. (2004). *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova
-